

Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX

Immigration and family in Minas Gerais at the end of the 19th century

Tarcísio Rodrigues Botelho*

Mariângela Porto Braga**

Cristiana Viegas de Andrade***

RESUMO

Em fins do século XIX e princípios do século XX os fluxos migratórios atingiram proporções significativas em Minas Gerais, especialmente graças à construção de Belo Horizonte e à expansão da lavoura cafeeira na região sul e na Zona da Mata. A partir dos registros da Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, no ano de 1896, apresentam-se algumas características desses contingentes: sua composição etária e sua origem, bem como a composição dos grupos familiares que migravam. A julgar pelo perfil encontrado nesse ano, os imigrantes que estavam se dirigindo para Minas Gerais ajustavam-se ao padrão da imigração subsidiada, com predomínio dos grupos familiares. O perfil etário e o de sexo diferenciam-se do perfil clássico dos migrantes, no qual predominam os homens jovens.

Palavras-chave: demografia histórica; imigração; família.

ABSTRACT

At the end of the 19th century and beginning of the 20th century, the migratory flows to Minas Gerais assumed massive proportions, especially as a result of the construction of Belo Horizonte and of the expansion of the coffee industry in the South region of the state and Zona da Mata. The Registers of the Horta Barbosa Inn, in Juiz de Fora in 1896, reveal some characteristics of this contingent: age composition, origin, and characteristics of migrating family groups. Judging from the profile found in 1896, the immigrants coming to Minas Gerais were mostly of the subsidized immigration type, therefore formed mostly by family groups. Age and sex profiles have been found to differ from the classic profile of the migrant, a contingent formed mainly by young men. Keywords: historical demography; immigration; family.

* Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC Minas. Av. Itaú, 505, Prédio Emaús, 3^o andar. 30730-280 Belo Horizonte – MG – Brasil. tbotelho@pucminas.com.br.

** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC Minas. Av. Itaú, 505, Prédio Emaús, 3^o andar. 30730-280 Belo Horizonte – MG – Brasil. angelapb@oi.com.br.

*** Cambridge Group for the History of Population and Social Structure – University of Cambridge. Sir William Hardy Building Downing Place / Cambridge CB2 3EN – UK. cv233@cam.ac.uk.

A partir de meados do século XIX a Europa é marcada por grandes processos emigratórios, resultantes de transformações econômicas e demográficas.¹ As mudanças na distribuição da posse da terra, o processo de modernização da agricultura e as modificações mais profundas nas relações de trabalho foram geradores de condições bastante adversas à permanência em seus locais de origem de parcelas significativas de sua população. Ao lado disso, a transição demográfica, em curso desde o século XVIII, foi fator decisivo na constituição de um grande excedente populacional. Por transição demográfica entende-se a queda progressiva das taxas de mortalidade que ocorreu ao longo do século XIX, sem a correspondente queda da fecundidade, que só veio a ocorrer muitas décadas depois. Nesse intervalo, em que havia uma baixa mortalidade associada a uma alta fecundidade, as taxas de incremento anual da população atingiram níveis inéditos, chegando rapidamente a 1% ao ano ou mais.² Em conseqüência, o aumento da pressão sobre as terras veio agravar ainda mais o quadro já marcado pelas transformações econômicas mais amplas. À medida que a própria Europa não conseguia absorver esses novos contingentes em suas fronteiras internas, seja em novas áreas agrícolas, seja no meio urbano, a emigração transformava-se em alternativa para escapar às crescentes limitações do mercado de trabalho europeu.³ Calcula-se que toda a Europa ocidental (excluindo-se Rússia, Hungria, os Bálcãs e a Grécia) tenha sofrido uma perda líquida de 35 milhões de habitantes entre 1841 e 1915. Isso representou uma média de quase meio milhão ao ano, ou cerca de 2,5 de cada mil habitantes.⁴

Os grandes receptáculos desse fluxo populacional foram as Américas. A situação de escassez de mão-de-obra e de abundância de terras tornava o Novo Mundo atraente para os contingentes expulsos, sobretudo, do campo. Além disso, os progressos nas comunicações entre os dois continentes aproximaram esses dois mundos, tornando as viagens transatlânticas cada vez mais rápidas e seguras. Da mesma forma, o desenvolvimento dos transportes internos, graças à expansão das ferrovias, abriu áreas cada vez mais vastas das Américas à ocupação pelos imigrantes. O fluxo destes aumentou sobretudo a partir de 1880, mantendo-se em ritmo acelerado até o princípio da Primeira Guerra Mundial. Nesse intervalo, que marca o auge do processo migratório europeu rumo às Américas, chegaram cerca de 31 milhões de pessoas (Klein, 1999, p.25). Conforme Herbert Klein, os Estados Unidos foram os principais receptores, absorvendo cerca de 70% desse volume, seguidos da Argentina (4,2 milhões de imigrantes), do Brasil (2,9 milhões) e do Canadá (2,5 milhões) (ibidem).

A corrente migratória de finais do século XIX e princípios do século XX era composta por britânicos e irlandeses (10,4 milhões), alemães (2,2 milhões) e escandinavos (1,5 milhão), que já apresentavam uma tradição de deslocamento, sobretudo para a América do Norte. A eles juntaram-se os italianos (7,7 milhões), os habitantes do Império Austro-Húngaro (4,2 milhões), os espanhóis (3,2 milhões), os russos e poloneses (2,5 milhões) e os portugueses (1 milhão).

Os Estados Unidos, a Argentina e o Canadá destacam-se pela absorção de grandes volumes de imigrantes espontâneos, atraídos pelas facilidades de acesso às terras e ao trabalho. Para esses países, importava ocupar os grandes vazios demográficos de suas fronteiras, o que permitiu oferecer aos europeus a possibilidade de se estabelecerem como pequenos agricultores. Além disso, para o caso dos Estados Unidos, ganhavam relevo as grandes necessidades de operários surgidas com o processo acelerado de industrialização.

No caso do Brasil, embora parte do fluxo migratório tenha ocorrido de forma espontânea, a maioria dos imigrantes veio em função dos subsídios oferecidos. Tais subsídios procuravam atrair, sobretudo, trabalhadores para o café; neste caso, a ênfase recaía sobre os grupos familiares, que tornariam menos problemática a questão do controle do trabalho.⁵ Alternativamente, os imigrantes atraídos para o Brasil dirigiam-se para colônias de pequenos agricultores; novamente, o foco recaía sobre a família, entendida como unidade de produção que tornaria viável a exploração do lote agrícola.

A imigração voltada para a cafeicultura procurou enfrentar o problema colocado pelo processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Confrontados com o fim iminente da instituição escravista e com a progressiva escassez de trabalhadores diante de uma realidade de expansão do cultivo do café, os produtores brasileiros iniciaram, a partir de meados do século XIX, experiências de atração de imigrantes e de incorporação desses trabalhadores à rotina das fazendas escravistas. As experiências iniciais foram bastante problemáticas, não só por causa da inexperiência dos fazendeiros com o uso do trabalho livre, mas também por causa da inadequação dos sistemas de remuneração desses trabalhadores. Somente após diversas experiências foi-se construindo um sistema que se mostrou adequado: o colonato. Tratava-se de “um sistema misto de remuneração por tarefa e por medida colhida”, pelo qual “a carpa do café era paga a um preço anual fixo por mil pés tratados, e a colheita a um preço por alqueire de café colhido” (Stolcke, 1986). Esse sistema encaminhou imigrantes sobretudo para a província – posterior-

mente estado – de São Paulo, apesar de também ter sido implantado no Espírito Santo e em Minas Gerais.⁶

Quanto à colonização, antecedeu em muito a grande migração do século XIX, pois desde pelo menos o século XVIII Portugal preocupou-se em estabelecer famílias de agricultores em áreas de fronteiras, carentes de ocupação mais efetiva. Esse processo atingiu desde áreas amazônicas até o extremo sul da colônia portuguesa na América.⁷ O estado imperial brasileiro seguiu essa tendência, voltando-se desde cedo para o assentamento de famílias camponesas européias em diversas regiões do país, criando os chamados núcleos coloniais.⁸ A partir da década de 1880 esse movimento ganhou ainda mais força, tendo sido o responsável pela ida de parcelas significativas de camponeses alemães, italianos, poloneses, ucranianos, russos e de outras nacionalidades para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e mesmo São Paulo.⁹

Essas duas formas de organização do trabalho dos imigrantes dirigidos ao Brasil, aliadas à imigração espontânea para o campo ou para a cidade, foram responsáveis pelo progressivo aumento do total de pessoas introduzidas no país. A partir da década de 1880 houve um constante incremento do volume de imigrantes chegando ao país, tendência que atingiu seu auge na década de 1890 (Tabela 1). Nessas duas décadas, o total de imigrantes chegou a 1,68 milhão, quantidade que encontra paralelo apenas nos 15 primeiros anos do século XX.¹⁰ Nessa época de ouro da imigração para o Brasil o principal grupo é o de italianos, que responde por 59% do total de estrangeiros que chegaram ao país. Em seguida, vêm os portugueses, com 20%, os espanhóis, com 12%, e os alemães, com 2%. Porém, os anos que concentram o maior volume de imigrantes são os de 1895, 1896 e 1897, com totais em torno de 150 mil pessoas.

Tabela 1 – Imigração para o Brasil, 1880-1900

Ano	Portugueses		Italianos		Espanhóis		Alemães		Outros		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1880	12.101	3,6	12.936	1,3	1.275	0,6	2.385	6,6	1.658	1,3	30.355	1,8
1881	3.144	0,9	2.705	0,3	2.677	1,3	1.851	5,1	1.171	0,9	11.548	0,7
1882	10.621	3,2	12.428	1,3	3.961	2,0	1.804	5,0	775	0,6	29.589	1,8
1883	12.509	3,8	15.724	1,6	2.660	1,3	2.348	6,5	774	0,6	34.015	2,0
1884	8.683	2,6	10.502	1,1	710	0,4	1.719	4,7	1.960	1,5	23.574	1,4
1885	7.611	2,3	21.765	2,2	952	0,5	2.848	7,9	1.548	1,2	34.724	2,1
1886	6.287	1,9	20.430	2,1	1.617	0,8	2.114	5,8	2.202	1,7	32.650	1,9
1887	10.205	3,1	40.157	4,1	1.766	0,9	1.147	3,2	1.657	1,3	54.932	3,3
1888	18.289	5,5	104.353	10,6	4.736	2,4	782	2,2	3.910	3,0	132.070	7,8
1889	15.240	4,6	36.124	3,7	9.712	4,9	1.903	5,3	2.186	1,7	65.165	3,9
1890	25.174	7,6	31.275	3,2	12.008	6,0	4.812	13,3	33.550	25,8	106.819	6,3
1891	32.349	9,7	132.326	13,4	22.146	11,1	5.285	14,6	23.133	17,8	215.239	12,8
1892	17.797	5,4	55.049	5,6	10.471	5,3	800	2,2	1.789	1,4	85.906	5,1
1893	28.986	8,7	58.552	5,9	38.998	19,6	1.368	3,8	4.685	3,6	132.589	7,9
1894	17.041	5,1	34.872	3,5	5.986	3,0	790	2,2	1.493	1,1	60.182	3,6
1895	36.055	10,9	97.344	9,9	17.641	8,9	973	2,7	12.818	9,9	164.831	9,8
1896	22.299	6,7	96.505	9,8	24.154	12,1	1.070	3,0	13.395	10,3	157.423	9,3
1897	13.558	4,1	104.510	10,6	19.466	9,8	930	2,6	6.402	4,9	144.866	8,6
1898	15.105	4,5	49.086	5,0	8.024	4,0	535	1,5	4.112	3,2	76.862	4,6
1899	10.989	3,3	30.846	3,1	5.399	2,7	521	1,4	5.855	4,5	53.610	3,2
1900	8.250	2,5	19.671	2,0	4.834	2,4	217	0,6	4.835	3,7	37.807	2,2
Total (N)	332.293	100	987.160	100	199.193	100	36.202	100	129.908	100	1.684.756	100
Total (%)	19,72351		58,59365		11,82326		2,148798		7,71079			100

Fonte: Klein, H. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo: Idesp, Sumaré, Fapesp, 1994. p.31, Tabela 1.1.

Nesse quadro, qual seria a posição da província e, depois, estado de Minas Gerais? Antes de mais nada, a imigração que para aí se dirige é marcada pelas peculiaridades da economia mineira e da forma como foi encaminhada a sua transição do trabalho escravo para o trabalho livre. A província apresentou ao longo do século XIX a maior população livre e escrava do Brasil.¹¹ A escravidão foi importante na província até as vésperas da sua abolição, e esse apego mineiro ao trabalho escravo não estava diretamente relacionado com a economia exportadora. Na verdade, os escravos mineiros estavam empregados em um conjunto de atividades que se voltavam, sobretudo, para o abastecimento de seus mercados internos ou das províncias vizinhas, especialmente o Rio de Janeiro.¹²

Quando a cafeicultura começou a adquirir peso na economia regional, a escravidão encontrava-se em seus estertores. Os cafeicultores mineiros não puderam contar com os enormes excedentes de capitais que viabilizaram os subsídios dados pelos paulistas para os imigrantes. Entretanto, tinham dentro das fronteiras do estado enormes contingentes populacionais que puderam ser utilizados como mão-de-obra no setor agrícola em expansão. Assim, a ênfase recaiu sobre a reorganização do trabalho, ou seja, o aproveitamento da população preexistente. Para Ana Lúcia Lanna, “em Minas Gerais, a inexistência de uma fronteira agrícola em expansão, a diversidade econômica, a presença de uma colonização antiga e de um grande contingente populacional marcaram as propostas de reorganização do trabalho” (Lanna, 1988, p.57).

Essa situação, entretanto, não excluiu Minas Gerais da experiência imigrante brasileira. Minas também foi o destino de imigrantes, embora em volume menor do que aquele que se dirigiu para outros estados brasileiros. Conforme assinala Lanna, “Minas Gerais traça uma série de políticas públicas de imigração que têm, em geral, como objetivo maior a colonização, entendida ... como assentamento de população em núcleos de povoamento, e não como oferta de mão-de-obra para os fazendeiros” (Lanna, 1988, p.47).

Qual o objetivo de tal política, se o Estado apresentava população significativa que permitiria até mesmo superar internamente o problema da mão-de-obra no contexto de final da escravidão? Pode-se pensar em algumas respostas complementares. Em primeiro lugar, embora Minas Gerais contasse com a maior população entre os estados brasileiros, ela era relativamente rarefeita, o que provocava uma situação em que os trabalhadores livres podiam contar com terras relativamente fartas para prover sua subsistência por conta própria, sem terem de se submeter ao trabalho para outrem.¹³ Nesse contexto, a introdução de novos contingentes populacionais direcionados para de-

terminadas áreas do estado poderia auxiliar na diminuição desse contingente de terras livres à disposição daqueles que não queriam se submeter a relações formais de trabalho. Entretanto, a vinda de imigrantes europeus foi sempre encarada como parte de um processo de educação do produtor agrícola mineiro. Para a elite mineira, o estado apresentava um enorme potencial que estava sendo subutilizado em função do desconhecimento ou da resistência em utilizar técnicas mais eficientes de exploração da terra. O exemplo do imigrante, que, imaginava-se, dominava tais técnicas, poderia ajudar a difundir-las.

Essas perspectivas transparecem nos relatórios elaborados anualmente pelos presidentes do estado, especialmente ao longo da década de 1890. Assim é que o relatório do ano de 1892 colocava a imigração como solução para “as condições precárias da nossa existência econômica comprometida entre a desorganização do trabalho, conseqüência necessária da lei humanitária de 13 de maio, e o despovoamento de nosso vasto território”¹⁴

Em 1894, o presidente do estado ponderava que

abandonar os campos já desbravados por culturas anteriores, para ir eternamente em demanda das terras virgens, afastando-nos assim e progressivamente dos grandes centros consumidores, como se aqueles campos nada devam ou possam produzir, é prática que as condições econômicas do passado poderiam aconselhar, mas que até certo ponto é contrariada pelas circunstâncias do presente, pelas múltiplas exigências de uma população crescente, pelas justas esperanças das imigrações ocorridas ao nosso apelo e a suprema solicitude dos poderes governamentais, a quem incumbe velar, para que se não perca um só elemento entre todos os fatores da riqueza pública.¹⁵

O relatório de 1895 apresentava a seguinte reflexão:

O remédio que parece mais pronto e eficaz para este mal [o abandono do cultivo de alimentos em função do cultivo do café] é a introdução dos sistemas de cultura intensiva por parte de nossos Agricultores; só esta, e não a extensiva, que, em regra geral, exige grande número de braços, poderá ir determinando o aumento de produção de gêneros alimentícios, até que a introdução de imigrantes em número suficiente torne possível a cultura extensiva, sem o desequilíbrio que hoje se vai dando nas produções.¹⁶

A imigração, portanto, seria um auxílio poderoso à mudança qualitativa da agricultura mineira, e não necessariamente uma solução para o problema da mão-de-obra no café.

No relatório de 1896, encontra-se explicitamente a afirmação de que “nada contribuirá tão eficazmente para o povoamento de nosso território do que o atrativo que se deparar ao estrangeiro de poder ser proprietário, para o que poderão ser distribuídos a imigrantes lotes de terras em núcleos coloniais”. Além disso, “o estabelecimento destes em zonas percorridas por estradas de ferro trará a vantagem de, além de concorrer para o desenvolvimento da produção no Estado, aumentar a renda das vias férreas”.¹⁷

É na década de 1890 que se organiza melhor o serviço de introdução de imigrantes no estado de Minas Gerais, acompanhando a tendência do Brasil como um todo. São aprovadas leis e emitidos decretos com a finalidade de viabilizar a introdução dos imigrantes. Nos passos desses diplomas legais, contratos são realizados e o governo estadual designa funcionários para acompanhar a saída desses imigrantes da Europa e sua chegada e estabelecimento no Brasil. No estado, os imigrantes são encaminhados para as hospedarias, encontradas em diversas localidades (Juiz de Fora, Belo Horizonte, Estação de Vista Alegre, Estação da Soledade) seguindo o modelo largamente adotado em São Paulo.¹⁸

No relatório de 1896, pondera-se que “superadas as dificuldades próprias da iniciação de um serviço que pode dizer-se novo no Estado, está-se fazendo atualmente a introdução de imigrantes com muita regularidade, e em condições que asseguram a boa escolha do imigrante e a fixação deste em nosso território” (*Mensagem... de 1896*, p.29). Em função disso, teriam sido introduzidos no ano anterior (1895) 6.631 imigrantes, dos quais 6.376 por conta do estado (ibidem, p.30). Prosseguindo-se os trabalhos no ano de 1896, foram introduzidos 22.496 imigrantes, dos quais 18.999 eram italianos e 3.002 espanhóis. Segundo o relatório de 1897, “os trabalhadores por último transportados para Minas são em geral de excelente qualidade, salvo mui poucas exceções que, aliás, é evidente, não poderiam ser em absoluto evitadas”.¹⁹ No ano de 1898, o relatório do presidente do estado informa que teriam sido introduzidos no estado, no ano anterior (1897), 17.558 imigrantes, elevando a 61.259 o total de imigrantes vindos para o estado desde o final do ano de 1894.²⁰ Tomando como base o total de imigrantes chegados ao Brasil nesses anos (Tabela 1), percebe-se que Minas Gerais absorveu apenas 4% do total de 1895, valor que se eleva a 14% em 1896 e a 12% em 1897. É o auge da corrente imigratória para o estado, tanto em termos absolutos quanto em relativos.

Em 1898 existiam quatro núcleos coloniais mantidos pelo Estado: Rodrigo Silva, nas proximidades de Barbacena; Maria Custódia, no município de Sabará; Barreiros, nas proximidades de Belo Horizonte; e São João Del Rei. Esses núcleos concentravam uma população de 1.920 indivíduos, dos quais 1.360 eram estrangeiros. O relatório de 1898 informa ainda que

além destes núcleos regulares, diversos outros existem em formação em estabelecimentos agrícolas particulares nos quais tem-se colocado quase todos os imigrantes recebidos no Estado. Já se acha elaborado, e será oportunamente expedido, o regulamento para execução da Lei n. 150, de 20 de junho de 1896, que autorizou a criação de mais seis núcleos e a concessão de favores aos particulares que os quiserem fundar, nas condições dos núcleos coloniais do Estado. (*Mensagem... de 1898*, p.31)

Concentrada na formação de núcleos coloniais, a imigração européia que se dirigiu para Minas Gerais viu reforçada a grande marca do fluxo brasileiro: a ênfase nos núcleos familiares. Estudando o fluxo de espanhóis para o Brasil, Elda E. G. Martínez destaca que o início da subvenção à imigração significou um predomínio dos núcleos familiares no conjunto de deslocados. Esse processo, no caso espanhol, foi reforçado pelas características das áreas expulsoras de população. A autora chama a atenção para o fato de que, na perspectiva dos promotores da imigração, a vinda de núcleos familiares diminuía o risco de retorno à Espanha (Martínez, 1999, p.254). Zuleika Alvim, preocupada com a imigração italiana, também enfatiza a importância da família na imigração. Para ela, até 1885 acorrem ao Brasil grandes núcleos familiares, compostos de 12 a 15 indivíduos, normalmente com dois ou três homens e suas respectivas mulheres e filhos. Nesse momento, a imigração italiana direcionava-se principalmente para o sul do Brasil, e a vinda ocorreu quando suas propriedades não ofereceram mais recursos para a sobrevivência do grupo.²¹ A partir de 1885, “passam a predominar famílias menores, cresce a participação meridional e aportam sobretudo os destituídos de qualquer propriedade, os chamados *braccianti*, cujo único capital eram os braços para a lavoura do café” (Alvim, 1999, p.387).

A presença do núcleo familiar era fundamental para o desempenho das atividades na lavoura cafeeira. Segundo Verena Stolcke

uma última forma empregada pelos fazendeiros para reduzir os custos por unidade de trabalho foi a sua preferência explícita, não só pelas famílias, mas por

grandes famílias, isto é, unidades que consistiam de pelo menos três enxadas. Quanto maior o número de trabalhadores em proporção aos consumidores em uma família, menor o custo de reprodução de cada trabalhador individual e, conseqüentemente, menor podia ser o preço da tarefa [no sistema de colonato]. (Stolcke, 1986, p.45)

Zuleika Alvim pondera, entretanto, que

os contratos de trabalho estabelecidos na lavoura cafeeira estavam calcados na mão-de-obra familiar. Se responderam a uma imposição da facção de cafeicultores do Oeste paulista, também convinham aos imigrantes italianos, pois era uma forma de trabalho próxima à desenvolvida no país de origem. Além disso, o trabalho de todos era a única possibilidade de sobrevivência do grupo. (Alvim, 1999, p.397)

Herbert Klein destaca outra dimensão dessa preferência pela família:

Temendo o fenômeno dos trabalhadores migrantes temporários, como ocorreu com a migração golondrina de homens para colher trigo na Argentina, a classe rural sublinhava a necessidade de apoiar apenas a migração de famílias, de forma a garantir uma força de trabalho mais estável. Ofereceram-se subsídios para a passagem apenas a famílias que tivessem pelo menos um homem em idade de trabalhar. (Klein, 1994, p.17)

Thomas Holloway, analisando o perfil daqueles que entraram na hospedaria de imigrantes de São Paulo entre 1893 e 1928, aponta para conclusões semelhantes. A maioria dos imigrantes, especialmente os subsidiados, integra núcleos familiares. Para o período de 1902 a 1923, quando existem dados sobre os núcleos familiares, 80% dos indivíduos pertenciam a eles, com cada núcleo tendo, em média, cerca de cinco pessoas. Com base no perfil de sexo e idade dos períodos anteriores, o autor conclui que, mesmo para período mais recuados, os imigrantes, em sua maioria, “tendiam a constituir grandes núcleos familiares, havendo poucos adultos desacompanhados”.²² Para Holloway

este perfil estatístico dos imigrantes chegados a Santos e dos que passaram pela hospedaria foi muito importante para a viabilidade do sistema de trabalho adotado nas fazendas de café do planalto ocidental, após o fim da escravidão ... Um argumento comum para a continuação do transporte subsidiado foi que o siste-

ma de trabalho das fazendas de café funcionava melhor quando famílias inteiras eram contratadas como uma unidade, e que a maior proporção de imigrantes não-subsidiados era de indivíduos solteiros. (Holloway, 1984, p.93-96)

O imigrante que veio para Minas Gerais também era subsidiado. Todavia, seu destino não foi, exclusivamente, a fazenda de café, mas também os núcleos coloniais.²³ O regime republicano encontrou a política imigrantista mineira em fase de desarticulação. A transferência para as unidades da Federação desse tipo de política pública, aliada à conjuntura econômica favorável, deu ao estado as ferramentas para reorganizar a vinda de trabalhadores estrangeiros. O Decreto n. 612, de 6 de março de 1893, definiu como meio para fixação do imigrante no território mineiro a criação de núcleos coloniais pelo Estado ou, então, a venda aos imigrantes de lotes resultantes de divisão de propriedades agrícolas pertencentes a particulares – a colônia agrícola. A partir da segunda metade da década de 1890, a introdução do imigrante no estado conheceu um maior progresso, embora essa atividade não tenha durado, de modo significativo, mais de uma década. Oscilando entre suprir a carência de mão-de-obra da cafeicultura em expansão e povoar áreas vazias do seu território, a política de imigração do estado de Minas Gerais não absorveu grande contingente de trabalhadores.

Qual seria o perfil desse imigrante? Os dados contidos nas matrículas da Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, a maior e mais duradoura do estado, podem ser uma boa via de acesso a tal questão. Inaugurada em 1889, ela tornou-se a mais importante do estado, por situar-se em posição bastante estratégica. Juiz de Fora a um só tempo era a porta de entrada do estado – posto que próxima ao Rio de Janeiro, a que se ligava por rodovia (a estrada União e Indústria) e ferrovia – e também era o centro da mais importante área cafeeicultora de Minas Gerais. Quando ocorreu o aumento das correntes migratórias, a partir de 1895, o governo do estado nela centralizou a entrada dos imigrantes. Essa situação perdurou até a primeira década do século XX, quando o arrefecimento do fluxo de imigrantes levou ao seu fechamento (Monteiro, 1994, p.81-85).

A partir das listas de matrícula dos imigrantes que passaram pela hospedaria, é possível perceber as particularidades e os pontos em comum entre o imigrante que se dirigiu para Minas Gerais e aquele que foi sobretudo para o estado de São Paulo. Os dados analisados a seguir concentram-se no ano de 1896, auge da imigração européia para o Brasil e ano de maior volume de imigrantes subsidiados para Minas Gerais.²⁴ Naquele ano, segundo o relatório do

presidente do estado de 1897, entraram cerca de 22,5 mil imigrantes, dos quais 8,6 mil passaram pela hospedaria. Eram, em sua maioria, italianos (65%), seguidos dos espanhóis (32%), com as demais nacionalidades apresentando peso inferior a 1%. No total de imigrantes havia um ligeiro predomínio de homens (razão de sexos igual a 122), embora ele fosse maior entre os espanhóis (132) que entre os italianos (117) (Tabela 2).²⁵

Tabela 2 – Imigrantes segundo a nacionalidade.
Hospedaria de Imigrantes, Juiz de Fora, 1896

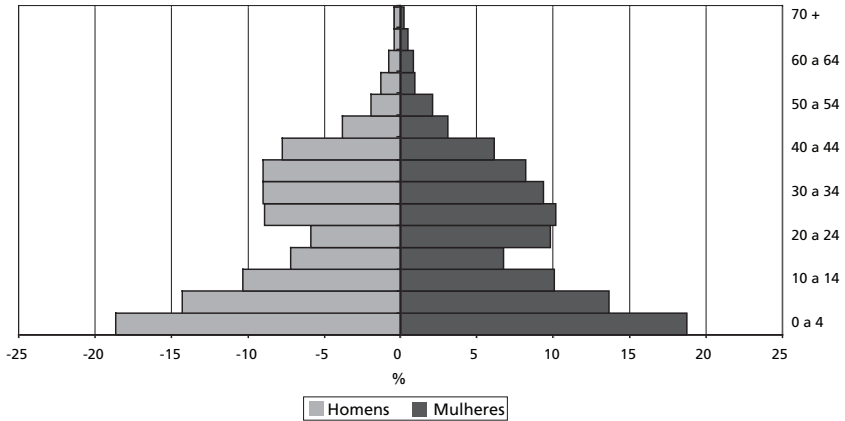
Nacionalidade	Sexo								
	Nº Absoluto				%				Razão de sexos
	Sem inf.	Homem	Mulher	Total	Sem inf.	Homem	Mulher	Total	
Sem informação	1	33	29	63	0,01	0,38	0,33	0,73	114
Estrangeiro	0	4	4	8	0,00	0,05	0,05	0,09	100
Americano	0	4	3	7	0,00	0,05	0,03	0,08	133
Alemão	0	0	1	1	0,00	0,00	0,01	0,01	0
Austriaco	0	7	3	10	0,00	0,08	0,03	0,12	233
Chinês	0	1	1	2	0,00	0,01	0,01	0,02	100
Dinamarquês	0	0	1	1	0,00	0,00	0,01	0,01	0
Espanhol	0	1.600	1.208	2.808	0,00	18,47	13,95	32,42	132
Europeu	0	24	12	36	0,00	0,28	0,14	0,42	200
Inglês	0	1	0	1	0,00	0,01	0,00	0,01	—
Italiano	0	3.055	2.606	5.661	0,00	35,27	30,09	65,36	117
Português	0	28	20	48	0,00	0,32	0,23	0,55	140
Suíço	0	9	6	15	0,00	0,10	0,07	0,17	150
Total	1	4.766	3.894	8.661	0,01	55,03	44,96	100,00	122

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Seção Estadual, Fundo Secretaria de Agricultura.

A pirâmide etária com todos estes imigrantes revela algumas curiosidades. Chama atenção a grande presença de crianças com menos de 10 anos, o que contradiz a noção corrente acerca da imigração como fenômeno envolvendo jovens do sexo masculino. Além disso, há uma presença relativamente menor de jovens entre 10 e 24 anos, sobretudo do sexo masculino (Gráfico 1). Pode-se pensar, portanto, em migração de núcleos familiares jovens, em que os pais estariam nas faixas etárias superiores a 25 anos e os filhos esta-

riam com menos de 10 anos. Esses valores são consistentes com duas características da população europeia da época: por um lado, havia uma alta idade média ao casar, geralmente superior a 25 anos, para homens e mulheres; por outro lado, em um movimento migratório envolvendo, sobretudo, famílias, seriam aquelas recém-constituídas e com dificuldade de acesso a terra e trabalho que se dispunham a realizar a travessia atlântica em busca de oportunidades para seu núcleo familiar.

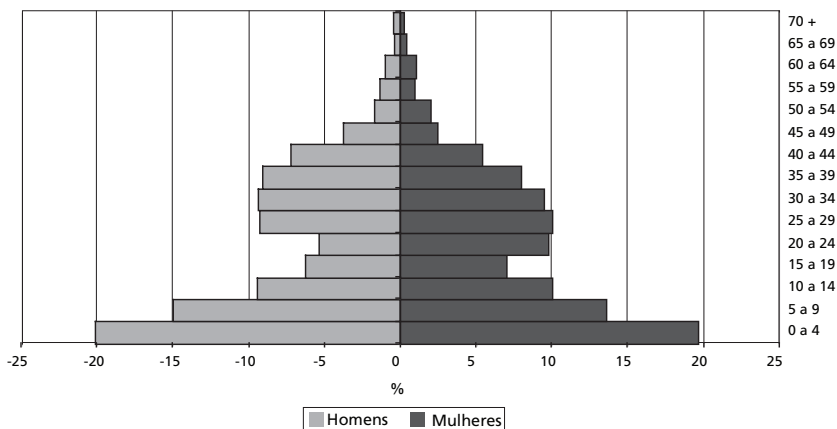
Gráfico 1
Pirâmide etária da população total de imigrantes, por grupos de idade.
Hospedaria de Imigrantes, Juiz de Fora, 1896.



Fonte: Arquivo público Mineiro.

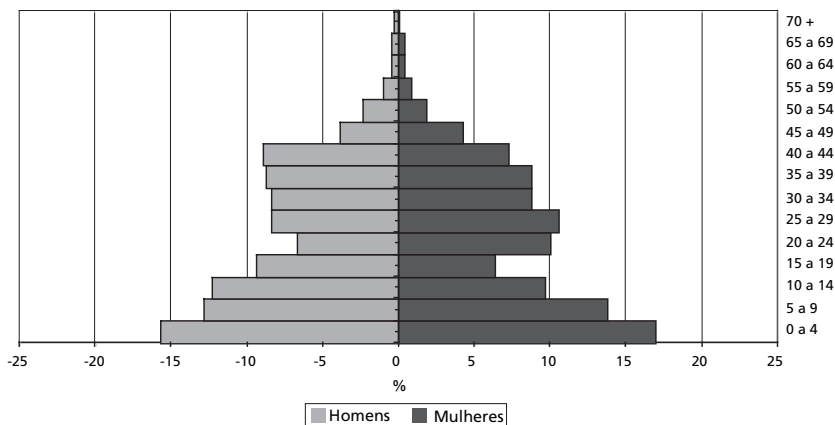
Estes achados repetem-se para os dois principais grupos de imigrantes que se dirigiram para Minas Gerais, os italianos e os espanhóis. Os italianos apresentam uma estrutura etária muito semelhante ao total de imigrantes, pelo fato de responderem por dois terços dos indivíduos registrados na hospedaria nesse ano de análise (1896). Mesmo assim, deve-se destacar a presença proporcionalmente maior de crianças com menos de 10 anos de idade, denotando um predomínio ainda maior de grupos familiares (Gráfico 2).

Gráfico 2
Pirâmide etária dos imigrantes listados como italianos.
Hospedaria de Imigrantes, Juiz de Fora, 1896.



Em relação aos espanhóis, deve-se enfatizar uma estrutura etária mais envelhecida, com proporção menor de crianças com menos de 10 anos e maior presença de indivíduos nas faixas etárias superiores, sobretudo entre as mulheres com mais de 35 anos (Gráfico 3). Também deve ser enfatizada a maior presença de homens adultos entre os espanhóis que migraram para Minas Gerais no ano de 1896 e passaram pela hospedaria de imigrantes.

Gráfico 3
Pirâmide etária dos indivíduos listados como espanhóis.
Hospedaria de Imigrantes, Juiz de Fora, 1896.



Quanto ao estado conjugal, a maioria era solteira (55,4%), embora o total de casados (43,1%) seja bastante expressivo. Novamente, os espanhóis apresentam um índice ligeiramente superior de solteiros (56%) face ao encontrado entre os italianos (55%) (Tabela 3). A conjugação entre relativo equilíbrio de sexos, presença de crianças e grande número de casados aponta para o predomínio de grupos familiares na composição do fluxo migratório, o que reforça os propósitos explicitados na formulação das políticas brasileiras de imigração subsidiada do período.

Tabela 3 – Indivíduos segundo nacionalidade e estado conjugal.
Hospedaria de Imigrantes, Juiz de Fora, 1896 (em números absolutos)

Nacionalidade	Estado Conjugal				Total
	sem inf.	solteiro (a)	casado (a)	viúvo (a)	
Sem informação	1	35	27	0	63
Estrangeiro	0	3	5	0	8
Americano	0	3	4	0	7
Alemão	0	1	0	0	1
Austríaco	0	6	4	0	10
Chinês	0	2	0	0	2
Dinamarquês	0	1	0	0	1
Espanhol	0	1.579	1.190	39	2.808
Europeu	0	22	14	0	36
Inglês	0	0	1	0	1
Italiano	0	3.119	2.453	89	5.661
Português	0	23	25	0	48
Suíço	0	8	6	1	15
Total	1	4.802	3.729	129	8.661

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Seção Estadual, Fundo Secretaria de Agricultura.

Tabela 3a – Indivíduos segundo nacionalidade e estado conjugal.
Hospedaria de Imigrantes, Juiz de Fora, 1896 (em números relativos)

Nacionalidade	Estado Conjugal				Total
	sem inf.	solteiro (a)	casado (a)	viúvo (a)	
Sem informação	1,59	55,56	42,86	0,00	100,00
Estrangeiro	0,00	37,50	62,50	0,00	100,00
Americano	0,00	42,86	57,14	0,00	100,00
Alemão	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
Austríaco	0,00	60,00	40,00	0,00	100,00
Chinês	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
Dinamarquês	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
Espanhol	0,00	56,23	42,38	1,39	100,00
Europeu	0,00	61,11	38,89	0,00	100,00
Inglês	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Italiano	0,00	55,10	43,33	1,57	100,00
Português	0,00	47,92	52,08	0,00	100,00
Suíço	0,00	53,33	40,00	6,67	100,00
Total	0,01	55,44	43,06	1,49	100,00

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Seção Estadual, Fundo Secretaria de Agricultura.

Esse aspecto pode ser observado de forma mais direta porque as matrículas realizadas na Hospedaria Horta Barbosa preservavam a informação sobre os grupos de imigrantes. Pela Tabela 4, vê-se que a maioria daqueles que entravam no estado de Minas Gerais através da Hospedaria vinham em grupos de três a sete pessoas; tais grupos, em conjunto, agregavam 75% do total de indivíduos. Esse padrão se mantinha tanto para os italianos quanto para os espanhóis. Além disso, havia um expressivo contingente que estava integrado a grupos de oito ou mais pessoas, chegando a um grupo de 14 italianos e outro de 13 espanhóis que viajaram juntos. Os imigrantes solitários eram menos de 1% do total, podendo chegar a um máximo de 2,1% caso a eles agreguemos os indivíduos sem informação. Este é um padrão ainda mais fortemente familiar que aquele encontrado para São Paulo por Thomas Hol-

loway, onde 20% do total de indivíduos eram adultos solitários (Holloway, 1984, p.92).

Tabela 4 – Indivíduos segundo nacionalidade e tamanho do agrupamento familiar. Hospedaria de Imigrantes, Juiz de Fora, 1896 (em números absolutos)

Nacionalidade	Nº de indivíduos por agrupamento familiar															Total
	Sem inf.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	
Sem informação	1	1	4	6	20	10	6	7	8	0	0	0	0	0	0	63
Estrangeiro	0	0	4	0	1	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	8
Americano	0	0	0	1	2	1	2	0	0	0	0	1	0	0	0	7
Alemão	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Austriaco	1	0	0	3	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Chinês	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Dinamarquês	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Espanhol	27	21	181	374	417	513	460	355	240	135	60	0	12	13	0	2.808
Europeu	0	0	1	0	1	15	12	7	0	0	0	0	0	0	0	36
Inglês	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Italiano	63	61	463	728	1.005	1.061	858	566	416	259	90	65	12	0	14	5.661
Português	6	0	3	9	8	15	0	7	0	0	0	0	0	0	0	48
Suíço	0	0	0	3	4	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	15
Total	98	83	656	1.125	1.460	1.615	1.344	945	672	396	150	66	24	13	14	8.661

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Seção Estadual, Fundo Secretaria de Agricultura.

Para entender melhor esses grupos, foi possível distribuí-los segundo a relação de parentesco entre os indivíduos que os compunham, já que temos informações para 92,7% das famílias de imigrantes (Tabela 5).²⁶ Do conjunto de 1.842 grupos identificados como ‘famílias’, apenas 3,37% eram de indivíduos solitários, em sua maioria homens. As famílias chefiadas por casais (com ou sem filhos e demais parentes) respondiam por 88,65% do total de grupos familiares. Quando os homens não viajavam solitários e chefiavam grupos familiares, eles respondiam por 5,5% dos núcleos familiares; as mulheres na mesma situação chefiavam 2,3% dos núcleos familiares.

Tabela 4a – Indivíduos segundo nacionalidade e tamanho do agrupamento familiar. Hospedaria de Imigrantes, Juiz de Fora, 1896 (em números relativos)

Nacionalidade	Nº de indivíduos por agrupamento familiar														Total	
	Sem inf.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		14
Sem informação	1,59	1,59	6,35	9,52	31,75	15,87	9,52	11,11	12,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Estrangeiro	0,00	0,00	50,00	0,00	12,50	0,00	0,00	12,50	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Americano	0,00	0,00	0,00	14,29	28,57	14,29	28,57	0,00	0,00	0,00	0,00	14,29	0,00	0,00	0,00	100,00
Alemão	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Austríaco	10,00	0,00	0,00	30,00	0,00	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Chinês	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Dinamarquês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Espanhol	0,96	0,75	6,45	13,32	14,85	18,27	16,38	12,64	8,55	4,81	2,14	0,00	0,43	0,46	0,00	100,00
Europeu	0,00	0,00	2,78	0,00	2,78	41,67	33,33	19,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Inglês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Italiano	1,11	1,08	8,18	12,86	17,75	18,74	15,16	10,00	7,35	4,58	1,59	1,15	0,21	0,00	0,25	100,00
Português	12,50	0,00	6,25	18,75	16,67	31,25	0,00	14,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Suíço	0,00	0,00	0,00	20,00	26,67	0,00	0,00	0,00	53,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Total	1,13	0,96	7,57	12,99	16,86	18,65	15,52	10,91	7,76	4,57	1,73	0,76	0,28	0,15	0,16	100,00

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Seção Estadual, Fundo Secretaria de Agricultura.

Tabela 5 – Tipologia das composições dos grupos de imigrantes. Hospedaria de Imigrantes, Juiz de Fora, 1896

Chefes Casados			Chefes Homens			Chefes Mulheres		
Tipo (*)	N	%	Tipo (*)	N	%	Tipo (*)	N	%
C	285	15,47	H	58	3,15	M	4	0,22
C+F	1.241	67,37	H+F	70	3,80	M+F	32	1,74
C+PC	7	0,38	H+PC	14	0,76	M+F+PA	4	0,22
C+PA	12	0,65	H+F+PC	6	0,33	M+F+PC+PA	6	0,33
C+F+PC	27	1,47	H+F+PA	6	0,33			
C+F+PA	49	2,66	H+F+PC+PA	9	0,49			
C+PC+PA	1	0,05						
C+F+PC+PA	11	0,60						
Total	1.633	88,65		163	8,85		46	2,50

Total de famílias sem informação = 145

Total de famílias com informação de relação de parentesco = 1.842

Total de famílias = 1.987

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Seção Estadual, Fundo Secretaria de Agricultura.

(*) C = casal; F = filho; PC = parente consanguíneo (menos filho); PA = parente por afinidade; A = agregado; H = homem; M = mulher.

Tabela 5a – Tipologia das composições dos grupos de imigrantes.
Hospedaria de Imigrantes, Juiz de Fora, 1896

Chefes Casados			Chefes Homens			Chefes Mulheres		
Tipo (*)	N	%	Tipo (*)	N	%	Tipo (*)	N	%
C	285	17,45	H	58	35,58	M	4	8,70
C+F	1.241	76,00	H+F	70	42,94	M+F	32	69,57
C+PC	7	0,43	H+PC	14	8,59	M+F+PA	4	8,70
C+PA	12	0,73	H+F+PC	6	3,68	M+F+PC+PA	6	13,04
C+F+PC	27	1,65	H+F+PA	6	3,68			
C+F+PA	49	3,00	H+F+PC+PA	9	5,52			
C+PC+PA	1	0,06						
C+F+PC+PA	11	0,67						
Total	1.633	100,00		163	100,00		46	100,00

Total de famílias sem informação = 145

Total de famílias com informação
de relação de parentesco = 1.842

Total de famílias = 1.987

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Seção Estadual, Fundo Secretaria de Agricultura.
(*) C = casal; F = filho; PC = parente consanguíneo (menos filho); PA = parente por afinidade;
A = agregado; H = homem; M = mulher.

Portanto, embora existissem homens e mulheres sozinhos a chefiar núcleos familiares, o padrão que vigorava era o de famílias chefiadas por casais. Destes, os casais com filhos eram a maioria, com 67,4% dos núcleos familiares. Esses casais com filhos parecem, de fato, ter dado o tom do processo migratório, como se pode verificar pela sua influência na configuração da pirâmide etária, aqui analisada. Chama atenção, ainda, a presença de outros parentes, consanguíneos ou por afinidade, nos núcleos de viajantes. Embora não tenham um peso muito grande no total de famílias, eles certamente representavam um contingente expressivo no total de imigrantes, pois deveriam estar nos núcleos familiares maiores. Esses núcleos comportavam, em média, 4,55 indivíduos. Eram, pois, menores do que os encontrados por Thomas Holloway na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, que apresentavam em média cinco pessoas (Holloway, 1984, p.92).

A julgar pelo perfil encontrado no ano de 1896, os imigrantes que estavam se dirigindo para Minas Gerais ajustavam-se ao padrão da imigração brasileira subsidiada, com predomínio dos grupos familiares. Em consequência,

o perfil etário e de sexos apresenta-se diferente do perfil clássico dos migrantes, entre os quais normalmente predominam os homens jovens. Mas esses imigrantes que se dirigiam para Minas Gerais, ao apresentarem uma presença maior de famílias do que o observado para São Paulo, estão certamente a refletir certa ambigüidade da política imigrantista mineira. Isto porque, ao lado da preocupação com a mão-de-obra para o café, sempre surgia a perspectiva de se utilizar a imigração para ocupar as áreas fracamente povoadas do estado. Essa ambigüidade perpassou todo o período e, certamente, resultou do impacto relativamente suave que o fim da escravidão representou para a região com maior população, livre e escrava, do Brasil. Daí, também, o pequeno volume de imigrantes vindos para a região, diante do que se observava em outras regiões cafeeiras, sobretudo São Paulo e Espírito Santo.

Apesar do seu pequeno volume, a imigração marcou algumas regiões mineiras e tornou-se componente reconhecido na sua formação populacional. Daí o interesse em se conhecer o perfil desses imigrantes e, em especial, do seu grupo familiar. As matrículas da Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, são certamente uma fonte riquíssima de dados, os quais apenas começamos a explorar.

NOTAS

¹ Versões anteriores do artigo foram apresentadas no XII Encontro Regional de História de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte de 14 a 19.07.2002, e no XIII Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, de 4 a 8.11.2002.

² KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris. (Org.) *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999, p.14.

³ *Ibidem*, p.15. Para uma discussão acerca da transição demográfica, em uma perspectiva histórica, ver: NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas (SP): Abep, 2004.

⁴ LIVI BACCI, Massimo. *Historia de la población europea*. Barcelona: Crítica, 1999, p.139.

⁵ Para uma discussão deste aspecto, ver STOLCKE, Verena, *Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.17-52.

⁶ STOLCKE, Verena, 1986; ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo, 1847-1896*. Vitória: s.n., 2000; LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1988.

⁷ Sobre a vinda de casais açorianos para o sul do Brasil, ver: FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2000; e PIAZZA, Walter F. A. *colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

⁸ Para exemplos de tais experiências, ver NOGUEIRA, Arlinda Rocha, HUTTER, Lucy Maffei. *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o Império (1824-1889)*. Porto Alegre: Garatuja, Instituto Estadual do Livro, 1975; LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane Cruxên. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimento, Instituto Estadual do Livro, 1976; TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira, 1824-1850*. São Leopoldo (RS): Ed. Unisinos, 2000; e PIAZZA, Walter, op. cit., dentre diversos outros.

⁹ Além dos trabalhos já citados, pode-se ainda indicar os seguintes estudos que abarcam esse tipo de imigração: NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001; ANDREAZZA, Maria Luíza. *O paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana, 1895-1995*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999; e, ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

¹⁰ KLEIN, Herbert. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo: Idesp/Fapesp, 1994, p.31, 36.

¹¹ BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado em História Social – Universidade de São Paulo.

¹² Sobre as características e as transformações na economia mineira ao longo do século XIX, ver: LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979; MARTINS, Roberto B. & MARTINS FILHO, Amílcar V.. Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited. *Hispanic American Historical Review*, v.63, n.3, p.537-68, Aug. 1983; LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH-Unicamp*, n.10. Campinas, out. 1983; SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes. *Cadernos IFCH-Unicamp*, n.17. Campinas, jun. 1985; LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPq, 1988; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo, 1996. Tese de Doutorado em História Social – Universidade de São Paulo; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, São João del Rei: UFSJ, Funtir, 2002.

¹³ Esta é a explicação proposta por MARTINS, R. & MARTINS FILHO, A. V., op. cit., para o apego mineiro à escravidão em um contexto de ausência de produto exportador que o justificasse: em uma situação de terra livre, o trabalho deveria ser cativo, sob pena de não se encontrar trabalhadores dispostos a se submeterem ao trabalho para terceiros.

¹⁴ *Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro pelo Vice-Presidente do Estado Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira*. Ouro Preto: Imprensa do Estado de Minas Geraes, 1892, p.15.

¹⁵ *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua Quarta Sessão Ordinária da Primeira Legislatura*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1894, p.15.

¹⁶ *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislatura no ano de 1895*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1895, p.32.

¹⁷ *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Segunda Sessão Ordinária da Segunda Legislatura no ano de 1896*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1896, p.32.

¹⁸ KLEIN, Herbert, op. cit., 1994; MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris (Org.) *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999, p.239-71.

¹⁹ *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Terceira Sessão Ordinária da Segunda Legislatura no ano de 1897*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1897, p.20.

²⁰ *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Quarta Sessão Ordinária da Segunda Legislatura no ano de 1898*. Cidade de Minas: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1898.

²¹ ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.) *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*, 1999, p.386.

²² HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.93.

²³ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas, 1889-1930*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994, p.28.

²⁴ Estes dados foram extraídos de: Arquivo Público Mineiro, Seção Estadual, Fundo Secretaria da Agricultura, Livro 910.

²⁵ A razão de sexo é definida como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres.

²⁶ Essa tipologia baseia-se em BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. *Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX (Paper apresentado ao X Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, out. 1996)*, que a construiu para estudar os imigrantes cearenses que se deslocaram em função da seca de 1888. Para efeitos da construção dessa tabela, estou chamando de família a todos os grupos de imigrantes, inclusive aqueles que viajavam sozinhos. Assim, os indivíduos incluídos no grupo de “famílias sem informação” provavelmente poderiam estar incluídos entre os diversos arranjos familiares, não sendo necessariamente indivíduos sem relação de parentesco durante a imigração.

Artigo recebido em agosto de 2004. Aprovado em maio de 2007.